Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Caetex Florestal S.A.

CNPJ -18.842.121/0001-46

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Sumário

PARECER DA AUDITORIA 2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 5
BALANÇO PATRIMONIAL 6
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 10
1. CONTEXTO OPERACIONAL 11
2. BASE DE PREPARAÇÃOE APRESENTAÇÃO 11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES 16
5. ESTOQUES 16
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR 17
7. PARTES RELACIONADAS 17
8. IMOBILIZADO 18
9. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS 19
10. ATIVOS BIOLÓGICOS 21
11. INTANGÍVEL 23
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 24
13. FORNECEDORES 26
14. CONTAS A PAGAR, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES 26
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS 27
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 28
17. COBERTURA DE SEGUROS 28
18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS 28
19. GASTOS POR NATUREZA 29
20. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS 29
21. RESULTADO FINANCEIRO 29
22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 30
23. PREJUÍZO POR AÇÃO 30
24. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA 31

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores e acionistas da
Caetex Florestal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caetex Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC SP-236947/O

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025

CAETEX FLORESTAL S.A.

CNPJ- 18.842.121/0001- 46

O ano de 2025 encerrou-se em um cenário econômico desafiador, com atividade em ritmo moderado e juros ainda elevados, em um contexto de maior incerteza no cenário global. No exterior, o crescimento seguiu em patamar moderado, com o FMI projetando expansão de 3,3% para 2025 (e 2026), abaixo da média histórica, e ressaltando riscos associados a maior incerteza de política econômica e inflação ainda em processo de convergência. No Brasil, a inflação oficial (IPCA) encerrou 2025 em 4,26%, dentro do intervalo de tolerância da meta. No campo monetário, o Copom manteve a taxa Selic em 15,0% a.a., a sinalização seguiu voltada à manutenção de juros restritivos por mais tempo, o que impacta o crédito e setores sensíveis ao ciclo econômico.

A receita líquida de vendas de R$ 31.311 de 2025, apresentou um aumento de 37,92% em comparação a R$ 22.702 do ano de 2024.

Em 2025, o Valor Justo do Ativo Biológico de R$ (3.419) teve uma desvalorização de 144,80% em comparação a R$ 7.632 em 2024, esse ajuste considera tanto os preços de venda no mercado quanto a produtividade das florestas da Empresa. Essa desvalorização reflete majoritariamente perdas de volume de madeira inventariados e atualização das premissas de capex futuro.

O Resultado do exercício apresentou um prejuízo de (11.243), comparado um prejuízo de (R$ 274) de 2024.

São Paulo, 10 de abril de 2026

A Administração

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

CAETEX FLORESTAL S.A.
CNPJ - 18.842.121/0001-46
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**39.948**	**82.027**	**CIRCULANTE**		**35.697**	**95.489**
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.545	62.269	Empréstimos e financiamentos	12	4.830	57.269
Contas a receber	4	175	3.989	Fornecedores	13	3.151	3.778
Estoques	5	7.436	8.729	Passivos de arrendamento	9	10.057	8.033
Impostos e contribuições a recuperar	6	5.707	2.998	Obrigações com pessoal		3.281	3.715
Outras contas a receber		17	41	Adiantamento de clientes	14	13.180	20.955
Outras contas a receber partes relacionadas	7	6.687	3.619	Impostos a recolher	14	384	504
Demais créditos		381	382	Contas a pagar	14	814	1.235
NÃO CIRCULANTE		**526.908**	**487.955**	**NÃO CIRCULANTE**		**214.639**	**167.870**
Valores a receber		18	9	Empréstimos e financiamentos	12	77.624	25.692
Impostos e contribuições a recuperar	6	478	819	Passivos de arrendamento	9	114.834	112.587
Imobilizado	8	14.819	20.070	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	22.181	27.970
Ativos de direito de uso	9	107.938	106.639	Adiantamentos de clientes		-	1.621
Ativos biológicos	10	403.648	360.306				
Intangível	11	7	112	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	16	**316.520**	**306.623**
				Capital social		262.741	232.112
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	9.489
				Reservas de lucros		53.779	65.022
TOTAL DO ATIVO		**566.856**	**569.982**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO**		**566.856**	**569.982**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

CAETEX FLORESTAL S.A.
CNPJ - 18.842.121/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	**31.311**	**22.702**
Variação do valor justo dos ativos biológicos	10	(3.419)	7.632
Custo dos produtos vendidos	19	(41.959)	(30.597)
LUCRO BRUTO		**(14.067)**	**(263)**
Despesas com vendas	19	(483)	-
Despesas gerais e administrativas	19	(31)	(16)
Outros resultados operacionais	20	573	21
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(14.008)**	**(258)**
Receita financeira	21	6.925	6.718
Despesa financeira	21	(9.949)	(6.683)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**(17.032)**	**(223)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	-	(126)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	5.789	75
(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(11.243)**	**(274)**
(Prejuízo) por ação	23	(0,03423)	(0,00094)

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Caetex Florestal S.A.
CNPJ - 18.842.121/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) do exercício	(11.243)	(274)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(11.243)**	**(274)**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Caetex Florestal S.A. - CNPJ - 18.842.121/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - Em milhares de Reais

	Capital Social	AFAC	Reservas de lucro – Reforço de capital de giro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**227.045**	**-**	**65.296**	**-**	**292.341**
Resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(274)	(274)
Total do Resultado abrangente do exercício:	**-**	**-**	**-**	**(274)**	**(274)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	9.489	**-**	-	9.489
Aumento de capital	1.448	-	-	-	1.448
Aumento de capital a integralizar	3.619	-	-	-	3.619
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(274)	274	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**232.112**	**9.489**	**65.022**	**-**	**306.623**
Resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.243)	(11.243)
Total do Resultado abrangente do exercício:	**-**	**-**	**-**	**(11.243)**	**(11.243)**
Aumento / Integralização de capital	27.561	(9.489)	**-**	-	18.072
Aumento de capital a integralizar	3.068	-	**-**	-	3.068
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(11.243)	11.243	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**262.741**	**-**	**53.779**	**-**	**316.520**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

CAETEX FLORESTAL S.A.
CNPJ - 18.842.121/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e de 2024 - Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(17.032)**	**(223)**
AJUSTES POR:		
Depreciação, amortização e exaustão	26.903	7.006
Variação do valor justo ativo biológico	3.419	(7.632)
Juros, variações cambiais e monetárias líquidas	8.330	5.833
Provisões, baixas de ativos	876	(125)
(Aumento) Redução em ativos		
Contas a receber	3.814	45.460
Estoques	856	3.255
Impostos a recuperar	(2.368)	(2.755)
Outras contas a receber	(9)	461
Demais Ativos	(3.043)	21.305
Aumento (Redução) em passivos		
Fornecedores	(627)	(381)
Obrigações com pessoal	(434)	657
Adiantamento de clientes	(9.396)	(23.504)
Contas a pagar	7.973	(14.209)
Caixa proveniente das operações	**19.262**	**35.148**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58)	(2.760)
Juros pagos	(7.470)	(884)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**11.734**	**31.504**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(516)	(5.513)
Investimentos em ativo biológico	(42.127)	(51.233)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(42.643)**	**(56.746)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Ingressos de financiamentos	-	50.000
Amortização do valor principal de financiamentos	(2.349)	(2.823)
Amortização de passivos de arrendamentos	(22.150)	(20.025)
Aumento de capital	12.684	10.937
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(11.815)**	**38.089**
(REDUÇÃO)/ AUMENTO DO CAIXA NO EXERCÍCIO	**(42.724)**	**12.847**
SALDO INICIAL	**62.269**	**49.422**
SALDO FINAL	**19.545**	**62.269**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Com sede social na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, a Caetex Florestal S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Duratex Florestal Ltda., e participação da Usina Caeté S.A. e Jaraguá Agrícola LTDA.

A Companhia tem como atividade principal a silvicultura, a agropecuária e a comercialização de produtos relacionados a essas atividades.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Caetex Florestal S.A. foi aprovada pela Administração em 10 de abril de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃOE APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas, e análise e julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

2.4. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

2.4.1. Normas e interpretações novas e revisadas adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamento

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Alteração

• Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

• A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoraram para os períodos de demonstrações financeiras iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Alteração

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

As alterações vigoraram para períodos de demonstrações financeiras iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.4.2. Alterações que serão adotadas posteriormente ao exercício de 2025:

Pronunciamento

IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

Alteração

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

• Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;

• Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; e

• Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

Esta norma entrará em vigência a partir de 1° de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Pronunciamento

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.

Alteração

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Alteração

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Alteração

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

2.4.3. Normas e informações de sustentabilidade ainda não adotadas:

Pronunciamento

IFRS S1 e IFRS S2

Alteração

Em junho de 2024, o *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros. A Companhia está em processo de implementação destas novas normas, de forma a adequar o atual Relatório Integrado aos requerimentos das normas e expectativas dos investidores e mercados financeiros.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia possui um capital circulante líquido ("CCL") positivo de R$4.251 em 2025 (negativo de (R$13.462) em 31 de dezembro de 2024). A diretoria da Companhia monitora de forma constante seu CCL e sua capacidade de continuar operando normalmente.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.6. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis que a Companhia adotou de forma consistente nos exercícios estão apresentadas de maneira resumida nas respectivas notas explicativas.

2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros.

As principais estimativas, julgamentos e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

Julgamentos, estimativas e premissas	Nota explicativa
Provisão para perda de estoques	5
Determinação da vida útil dos ativos	8

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Valor justo dos ativos biológicos	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.1.Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	170	27
Certificados de depósitos bancários	19.375	62.242
Total	**19.545**	**62.269**

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média anual das aplicações financeiras equivale a 100,98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,79% em 31 de dezembro de 2024).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no País	175	3.989
Total de clientes	**175**	**3.989**

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	175	3.989
Total	**175**	**3.989**

O saldo de contas a receber refere-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representarem ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

5. ESTOQUES

Política Contábil

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor.

O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão da produção e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

5.1.Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	1.964	1.787
Madeira cortada no campo (1)	523	-
Matérias primas	2.554	3.619
Almoxarifado geral	2.962	3.499
Perda estimada na realização dos estoques	(567)	(176)
Total	**7.436**	**8.729**

(1) Transferido do ativo biológico.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(176)**	**-**
Constituições	(438)	(176)
Baixas	47	**-**
Saldo final	**(567)**	**(176)**

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

A Companhia possui créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.762	1.513
ICMS / PIS/ COFINS sobre aquisição de imobilizado	813	1.041
ICMS e IPI a recuperar	1.461	224
Outros	671	220
Total circulante	**5.707**	**2.998**
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de imobilizado	478	819
Total não circulante	**478**	**819**

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. Saldos e operações com partes relacionadas

Descrição	Duratex Florestal		Jaraguá	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Valores a receber (1)	4.398	3.619	2.289	-
Total	**4.398**	**3.619**	**2.289**	**-**

(1) Valores a receber da Jaraguá e da Duratex Florestal referente a capital a integralizar conforme ata.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e em conformidade com regras estabelecidas em política específica, aprovada pelo Conselho de Administração.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, composto por conselheiros independentes.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar prontos, líquidos da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens, que é revisada ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço. Durante o exercício de 2025, não foi observado mudanças em relação as vidas úteis apresentadas em 2024.

8.1. Movimentação do imobilizado

Imobilizado	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**429**	**15.231**	**1.599**	**132**	**1.751**	**485**	**19.627**
Aquisições	356	705	4.333	25	7	87	5.513
Baixas	-	347	(347)	-	-	-	-
Depreciações	(19)	(4.429)	-	(19)	(466)	(137)	(5.070)
Transferências	178	4.732	(5.327)	12	220	185	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**944**	**16.586**	**258**	**150**	**1.512**	**620**	**20.070**
Custo	988	33.188	258	220	3.153	1.159	38.966
Depreciação acumulada	(44)	(16.602)	-	(70)	(1.641)	(539)	(18.896)
Taxa de depreciação (% a.a.)	**3,04%**	**13,78%**	**-**	**9,89%**	**14,76%**	**10,0% a 20,0%**	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**944**	**16.586**	**258**	**150**	**1.512**	**620**	**20.070**
Aquisições	-	7	500	1	-	-	508
Baixas	-	(439)	-	-	-	-	(439)
Depreciações	(50)	(4.780)	-	(24)	(433)	(138)	(5.425)
Transferências	65	568	(668)	35	-	-	-
Reclassificação (i)	-	287	-	-	-	(182)	105
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**959**	**12.229**	**90**	**162**	**1.079**	**300**	**14.819**
Custo	1.052	33.799	90	256	3.153	742	39.092
Depreciação acumulada	(93)	(21.570)	-	(94)	(2.074)	(442)	(24.273)
Taxa de depreciação (% a.a.)	**4,93%**	**12,66%**	**-**	**10,26%**	**7,34%**	**10,0% a 20,0%**	

(i) Saldo reclassificado do grupo do intangível e ferramental para melhor apresentação

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

9. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Política contábil

De acordo com CPC 06 (R2) – IFRS 16, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Ativos de Direito de Uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo.

Passivos de Arrendamento

Na data de início dos arrendamentos, os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques.

9.1. Ativos de direito de uso

	Terras	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	**91.334**	**810**	**75**	**92.219**
Novos contratos	19.403	2.289	-	21.692
Atualizações	3.075	9	-	3.084
Depreciação no exercício (resultado)	-	(964)	(32)	(996)
Depreciação no exercício (*)	(9.360)	-	-	(9.360)
Saldo em 31/12/2024	**104.452**	**2.144**	**43**	**106.639**
Novos contratos	3.599	51	-	3.650
Atualizações	15.869	52	-	15.921
Depreciação no exercício (resultado)	-	(1.262)	(33)	(1.295)
Depreciação no exercício (*)	(11.162)	-	-	(11.162)
Baixa de contratos	(5.815)	-	-	(5.815)
Saldo em 31/12/2025	**106.943**	**985**	**10**	**107.938**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

.

9.2. Passivos de arrendamento

	Terras	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	**102.015**	**870**	**78**	**102.963**
Novos contratos	19.403	2.289	-	21.692
Atualizações	3.075	9	-	3.084
Juros apropriados (resultado)	-	112	4	116
Juros apropriados (*)	12790	-	-	12.790
Baixa por pagamento	(18.898)	(1.092)	(35)	(20.025)
Saldo em 31/12/2024	**118.385**	**2.188**	**47**	**120.620**
Novos contratos	3.599	51	-	3.650
Atualizações	15.869	52	-	15.921
Juros apropriados (resultado)	-	164	3	167
Juros apropriados (*)	13.647	-	-	13.647
Baixa por pagamento	(20.707)	(1.402)	(41)	(22.150)
Baixa de contratos	(6.964)	-	-	(6.964)
Saldo em 31/12/2025	**123.829**	**1.053**	**9**	**124.891**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

Prazos dos Contratos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Até 5 anos	16,06%	11,50%
6 a 10 anos	15,55%	11,67%
Acima de 10 anos	15,16%	11,88%

Os vencimentos dos passivos não circulantes de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	31/12/2025		**31/12/2024**
Circulante		**Circulante**	
2026	10.057	2025	8.033
Total	**10.057**	**Total**	**8.033**
Não circulante		**Não circulante**	
2027	10.696	2025	-
2028	8.106	2026	8.509
2029	5.749	2027	8.318
2030	5.381	2028	6.666
2031	4.881	2029	5.038
2032	4.998	2030 - 2034	23.562
2033	4.785	2035 - 2039	16.366
2034	3.967	2040 - 2049	24.862
2035 em diante	66.271	Acima 2050	19.266
Total	**114.834**	**Total**	**112.587**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

9.3. Efeitos de inflação

A Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 7,7 % a.a., divulgada pela B3.

Seguem abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento		
Fluxo real	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**Fluxo real**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Direito de uso	153.006	139.250	Passivo de arrendamento	293.214	277.969
Depreciação	(45.068)	(32.611)	Juros embutidos	(168.323)	(157.349)
	107.938	**106.639**		**124.891**	**120.620**
	-	-			
Fluxo inflacionado	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**Fluxo inflacionado**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Direito de uso	292.547	220.471	Passivo de arrendamento	765.567	557.005
Depreciação	(45.093)	(32.364)	Juros embutidos	(379.194)	(291.287)
	247.454	**188.107**		**386.373**	**265.718**

10. ATIVOS BIOLÓGICOS

Política contábil

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos os custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas, surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Composição dos saldos

O ativo biológico da Companhia está representado pela floresta em formação localizada no Estado de Alagoas.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de formação dos ativos biológicos	321.674	269.979
Diferencial entre custo e valor justo	81.974	90.327
Saldo final	**403.648**	**360.306**

Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**360.306**	**280.343**
Variação do valor justo		
Preço volume	(3.419)	7.632
Exaustão	(4.934)	214
Variação do valor histórico		
Formação	67.459	73.383
Exaustão	(15.241)	(1.266)
Transferência	(523)	-
Saldo total	**403.648**	**360.306**

10.1. Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2025	31/12/2024
Variação do valor justo	(3.419)	7.632
Exaustão do valor justo	(4.934)	214
Total do efeito no resultado	**(8.353)**	**7.846**

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' na demonstração do resultado.

10.2. Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras.

10.2.1. Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas com até um ano de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado. As premissas utilizadas foram:

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 8,8% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2024. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Cmpanhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos, com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistas no mínimo, trimestralmente, ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

10.2.2. Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação: (i) no preço da madeira sendo que aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas; e (ii) na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa sendo que aumentos na taxa acarretam queda no valor justo das florestas. Abaixo o impacto no ativo biológico se consideradas essas possíveis variáveis:

	31/12/2025	31/12/2024
Preço médio (R$/m$^{3)}$	111,76	111,76
Taxa de desconto (% a.a.)	8,8%	8,5%
Impacto no valor justo (em milhões de reais)		
Queda de preço (5%)	14,0	13,0
Aumento taxa de desconto (0,5%)	3,4	2,3

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimada.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

Movimentação

	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**-**	**-**
Aquisições	139	139
Amortizações	(27)	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**112**	**112**
Custo	139	139
Amortização acumulada	(27)	(27)
Taxa de amortização (% a.a.)	**19,42%**	

	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**112**	**112**
Aquisições	8	8
Amortizações	(8)	(8)
Reclassificação (i)	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7**	**7**
Custo	72	72
Amortização acumulada	(65)	(65)
Taxa de amortização (% a.a.)	**9.72%**	

(i) Saldo reclassificado para o grupo do imobilizado para melhor apresentação.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

12.1. Composição dos empréstimos e financiamento

						31/12/2025		31/12/2024	
Modalidade	**Data Contratação**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**Amortização**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
CPR - Cédula de Produto Rural Financeira (1)	30/04/2024	Abril 2027	n/a	CDI + 0,75% a.a.	no vencimento	-	55.200	53.812	-
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	13/12/2022	Dezembro 2032	Fiança Duratex Florestal, hipoteca de terreno e alienação fiduciária de máquinas	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	4.830	22.424	3.457	25.692
Total não circulante						**4.830**	**77.624**	**57.269**	**25.692**

(1) Durante o ano de 2025 foi realizado o aditamento do contrato, sendo o novo vencimento em abril de 2025, por isso o saldo foi reclassificado para o não circulante.

Não há *covenant* estabelecido para os empréstimos.

12.2. Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

	31/12/2025		31/12/2024
2026	4.830	2025	57.269
Total circulante	**4.830**	**Total circulante**	**57.269**
2027	60.220	2026	4.574
2028	5.212	2027	4.751
2029	4.645	2028	4.933
2030	4.808	2029	4.352
2031	1.706	2030	4.504
2032	1.033	2031	1.605
		2032	973
Total não circulante	**77.624**	**Total não circulante**	**25.692**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

12.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**30.951**
Captações	50.000
Provisão de juros e atualização monetária	5.718
Amortização do principal	(2.824)
Pagamentos de juros	(884)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**82.961**
Provisão de juros e atualização monetária	9.312
Amortização do principal	(2.349)
Pagamentos de juros	(7.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**82.454**

13. FORNECEDORES

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

13.1. Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	3.151	3.778
Total	**3.151**	**3.778**

14. CONTAS A PAGAR, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

14.1. Adiantamento de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (1)	13.180	20.955
Total	**13.180**	**20.955**

(1) Refere-se a valores pagos por clientes de mercadorias que serão entregues no futuro.

14.2. Impostos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a pagar	-	179
INSS a pagar	159	80
Outros impostos a pagar	225	245
Total circulante	**384**	**504**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

14.3. Contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	804	1.220
Contas a Pagar – partes relacionadas	10	15
Total circulante	**814**	**1.235**

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPCs/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

15.1. Composição

	Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2024	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2025
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	2.684	2.684	2.949	5.633
Provisões diversas	-	62	62	-	62
Total do ativo	**-**	**2.746**	**2.746**	**2.949**	**5.695**
Passivos fiscais diferidos					
Ativo biológico	(28.044)	(2.666)	(30.711)	2.840	(27.871)
Outros	-	(5)	(5)	-	(5)
Total do passivo	**(28.044)**	**(2.671)**	**(30.716)**	**2.840**	**(27.876)**
Total líquido	**(28.044)**	**75**	**(27.970)**	**5.789**	**(22.181)**

15.2. Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos:

Ano	Valor
2026	5.695
Total	**5.695**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R$ 30.629. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da companhia é R$ 262.741 (Em 31 de dezembro de 2024, R$ 232.112), dividido em 328.426.111 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 322.405.502 ordinárias e 6.020.609 preferenciais, estas últimas sem direito a voto.

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques.

Atualmente, a Companhia não possui seguro para suas florestas, fundamentada na baixa materialidade histórica de perdas. A estratégia de prevenção e proteção apoia-se no manejo florestal preventivo aliado ao Sistema de Comando de Emergências (SCE). Tais medidas e recursos padronizados garantem resposta ágil e eficaz para continuidade operacional.

A Companhia também mantém em vigência apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado Interno	36.690	27.356
Receita bruta de vendas	**36.690**	**27.356**
Impostos e contribuições sobre vendas	(5.379)	(4.654)
Receita líquida de vendas	**31.311**	**22.702**

19. GASTOS POR NATUREZA

	Custo dos produtos vendidos		Despesas com vendas		Despesas gerais e admin.		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variação nos estoques de produtos acabados e em elaboração	43.187	41.280	-	-	-	-	43.187	41.280
Matérias-primas e materiais de consumo	(17.721)	(21.459)	-	-	-	-	(17.721)	(21.459)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(26.885)	(28.907)	-	-	-	-	(26.885)	(28.907)
Encargos de depreciação e amortização	(26.903)	(7.145)	-	-	-	-	(26.903)	(7.145)
Despesas de transporte	(370)	(988)	(478)	-	-	-	(848)	(988)
Despesas de publicidade	-	-	-	-	(31)	(16)	(31)	(16)
Serviços de terceiros	(8.567)	(8.527)	(5)	-	-	-	(8.572)	(8.527)
Despesas operacionais	(4.326)	(4.646)	-	-	-	-	(4.326)	(4.646)
Outros	(374)	(205)	-	-	-	-	(374)	(205)
Total	**(41.959)**	**(30.597)**	**(483)**	**-**	**(31)**	**(16)**	**(42.473)**	**(30.613)**

20. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Prodep - Reintegra	-	296
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	667	(275)
Reversão / constituição - Contingências	(94)	-
Total	**573**	**21**

21. RESULTADO FINANCEIRO

21.1. Receita financeira

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.925	6.718
Total do resultado financeiro	**6.925**	**6.718**

21.2. Despesa financeira

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(9.312)	(5.717)
Taxas bancárias	(6)	(38)
Juros de arrendamentos	(167)	(116)
Atualização monetária	-	(582)
Outras, líquidos de descontos obtidos	(464)	(230)
Total do resultado financeiro	**(9.949)**	**(6.683)**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), são reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

Os impostos correntes são apurados conforme a legislação tributária vigente e são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados. São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

22.1. Reconciliação do IRPJ e CSLL no resultado

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(17.032)**	**(223)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Resultado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	5.791	76
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Adições e Exclusões ao Resultado	**(2)**	**(127)**
Outras Adições e Exclusões	(2)	(127)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro do Exercício	**5.789**	**(51)**
No Resultado:	**5.789**	**(51)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.789	75
Taxa efetiva %	**-34%**	**23%**

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(11.243)	(274)
Média ponderada da quantidade de ações emitidas	328.426.111	290.139.970
(Prejuízo) básico por ação	**(0,03423)**	**(0,00094)**

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

24. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	19.571	24.776

Docusign Envelope ID: 4BB445B5-E334-47A1-A5BC-7E6EC66C3124

DIRETORIA

Diretores

Anderson Lins Machado

DocuSigned by
Anderson Lins Machado
Assinado por: ANDERSON LINS MACHADO:03704452955
CPF: 03704452955
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2026 13:21:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
D5E38AF0FF55405...

Fabrizzio Tenório de Carvalho

DocuSigned by
Fabrizzio Tenorio
Assinado por: FABRIZZIO TENORIO DE CARVALHO:98595440425
CPF: 98595440425
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 16/04/2026 07:43:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC SINCOR RFB G5
89FCA46DBB9747B...

Marcelo Palmeira dos Santos – Contador CRC 1SP188.793/O-0

Assinado por:
Marcelo Palmeira dos Santos
338785BE167048C...